

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Introdução	1
Capítulo I – Conceitos Fundamentais	5
1. Considerações preliminares	5
2. Direitos difusos	7
3. Meio ambiente	14
3.1. Conceito ecológico	15
3.2. Conceito jurídico	16
3.3. Finalidade da preservação do meio ambiente	19
3.3.1. Antropocentrismo	21
3.3.2. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito à vida	29
3.3.3. Saúde	30
3.3.4. Qualidade de vida	34
4. Aspectos do meio ambiente	42
4.1. Meio ambiente natural ou físico	43
4.2. Meio ambiente cultural	44
4.3. Meio ambiente do trabalho	49
4.4. Meio ambiente urbano	52
5. Degradação da qualidade ambiental	54
5.1. Conceito jurídico	58
6. Poluição: significado e origens	63
6.1. Conceito ecológico	65
6.2. Conceito jurídico	65

Capítulo II – Direito Ambiental: Autonomia, Objeto e Princípios	70
1. Autonomia e objeto do direito ambiental	70
2. Princípios do direito ambiental	73
2.1. Princípios estruturais	76
2.2. Princípio da precaução	82
2.3. Princípio da prevenção	84
2.4. Princípio do poluidor-pagador	86
Capítulo III – As Cidades	88
1. Considerações preliminares	88
2. Conceito	94
2.1. A cidade como bem ambiental	96
3. Localização das cidades	98
4. Causas de degradação ambiental urbana	99
4.1. Desenvolvimento	99
4.1.1. Desenvolvimento econômico	99
4.1.2. Consumo	102
4.1.3. Desenvolvimento sustentável	106
4.2. O homem no meio ambiente urbano e a pobreza	109
4.3. Trânsito	112
4.4. Habitação	116
5. Modalidades de degradação ambiental urbana	117
5.1. Poluição do solo	119
5.2. Poluição da água	130
5.3. Poluição do ar	134
5.4. Poluição sonora	146
5.5. Poluição visual	156
5.6. Poluição luminosa	164
5.7. Poluição eletromagnética	166
5.8. A flora e sua degradação	167
5.8.1. Arborização urbana	169
5.8.2. Áreas de preservação permanente	171
5.9. A fauna e sua degradação	175
6. Efeitos da degradação ambiental na qualidade de vida	176
6.1. Estresse	176
6.2. Violência	177

Capítulo IV – A Importância da Legislação na Prevenção e Correção de Problemas Ambientais

Urbanos	179
1. O direito como sistema de limites	179
2. A função da legislação ambiental	181
3. Produção legislativa e legislação estável	183
4. Urbanismo e planejamento	185
5. Plano diretor	193
6. Ocupação do solo, parcelamento do solo urbano, direito de edificar e zoneamento	195
7. Estudo Prévio de Impacto Ambiental	200
8. Estudo de impacto de vizinhança	204

Capítulo V – O Problema da Efetividade da Norma

Ambiental	206
1. Linguagem e efetividade do direito ao meio ambiente ..	206
2. Administração Pública – poderes discricionário e vinculado	210
3. Atuação do Poder Público: fiscalização e aplicação de sanções aos agentes públicos	213
4. Reconhecimento dos direitos difusos pelo Poder Judiciário	215

Conclusão	221
------------------------	-----

Bibliografia	225
---------------------------	-----